

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ALENTEJO (1929-2018): UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

AGRICULTURAL PRODUCTION IN ALENTEJO
(1929-2018): A FIRST APPROACH

CARLOS MANUEL FAÍSCA

ÍNDICE: 1. INTRODUÇÃO. 2. MÉTODOS UTILIZADOS. 3. O ALENTEJO: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA DINÂMICA ECONÓMICO-SOCIAL (1929-2018). 4. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ALENTEJO (1929-2018). 5. CONCLUSÃO. 6. BIBLIOGRAFIA.

Resumo: Neste artigo apresenta-se a evolução da produção agrícola no Alentejo ao longo de grande parte do século XX até à atualidade, com o objetivo de compreender a existência de alterações estruturais na agricultura da mais extensa e, atualmente, mais importante região agrícola portuguesa. Analisando a produção de cereais, leguminosas, vinho, azeite e batata, conclui-se que, após um longo período de estabilidade, nos últimos vinte anos ocorreu uma alteração radical na estrutura agrícola alentejana com o aparecimento de culturas até então praticamente inexistentes na região, enquanto algumas das mais tradicionais foram perdendo preponderância. No final discute-se determinadas dos principais fatores explicativos deste fenómeno, tais como as políticas públicas, os mercados e, sobretudo, o impacto do crescimento do regadio em Portugal a sul do Tejo.

Palavras-chave: Agricultura, Alentejo, Época contemporânea, Regadio.

Classificação JEL: Q15, Q17, Q18.

Summary: This paper presents, between early twentieth century and the present, the evolution of the agricultural production in the Alentejo, with the aim of understanding the existence of structural changes in the agriculture of the largest and currently most important Portuguese agricultural region. Analysing the production of cereals, legumes, wine, olive oil and potatoes, it can be concluded that, after a long period of stability, in the last twenty years there has been a radical change in the Alentejo agricultural structure with the appearance of new crops, while some of the more traditional ones are quickly losing preponderance. In the end, we discuss some of the main explanatory factors of this phenomenon, such as public policies, markets and, above all, the impact of irrigation growth in southern Portugal.

Keywords: Agriculture, Alentejo, Contemporary era, Irrigation.

JEL Classification: Q15, Q17, Q18.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o setor agrícola, até à década de 1960 o mais importante da economia portuguesa, tem recebido uma certa atenção por parte da historiografia económica lusa, materializada em diversas análises ao desempenho da agricultura em diferentes cronologias¹. As citadas publicações, todavia, encontram-se integradas em obras cujo objeto de estudo foi a economia portuguesa como um todo, pelo que apenas em 2017 foi publicada, em Portugal, a primeira História Agrária de Portugal², algo que se relevou bastante tardio na historiografia europeia bastando citar, como exemplos, que esta publicação foi precedida em mais de trinta anos pela *Historia Agraria de la España Contemporánea*³ e em cinquenta pela *The Agrarian History of England and Wales*⁴.

O hiato da historiografia portuguesa em relação à de outros países europeus na produção de conhecimento sobre o setor agrícola é agora mais notório a nível regional, devido à relativa escassez de estudos regionais num país que, embora territorialmente pequeno, é bastante diverso sob quase todos os pontos de vista relevantes para a agricultura. De forma a justificá-lo pode-se referir, por exemplo, que as condições edafoclimáticas do noroeste de Portugal são caracterizadas pela abundância de água, existência de solos férteis, enquanto a propriedade se estrutura em torno do minifúndio. Já no interior sul, o cenário é precisamente o oposto, ou seja, escassez de água, solos pobres e uma agricultura que se desenvolve em torno da grande propriedade. Ora, a tamanha diversidade de condições naturais e económico-sociais levou a diferentes especializações regionais que, consequentemente, reagiram de forma muito desigual aos impactos das

¹ LAINS, PEDRO (2003): “A evolução da agricultura e da indústria, 1850-1913” em LAINS, PEDRO. *Os progressos do atraso: uma nova História Económica Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 125-166; MARTINS, CONCEIÇÃO ANDRADE (2005): “A agricultura” em LAINS, PEDRO, SILVA, ÁLVARO FERREIRA. *História Económica de Portugal: volume II, o século XIX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 219-259; FONSECA, HELDER (2005) “A ocupação da terra” em LAINS, PEDRO, SILVA, ÁLVARO FERREIRA. *História Económica de Portugal: volume II, o século XIX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 83-199; SOARES, FERNANDO BRITO (2005): “A agricultura” em LAINS, PEDRO, SILVA, ÁLVARO FERREIRA. *História Económica de Portugal: volume III, o século XX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 157-185; COSTA, LEONOR FREIRE, MIRANDA, SUSANA, LAINS, PEDRO (2011): *História Económica de Portugal: 1143-2010*, A Esfera dos Livros, Lisboa.

² FREIRE, DULCE, e LAINS, PEDRO (eds.) (2017): *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*, Brill, Leiden.

³ GARRABOU, RAMÓN, BARCIELA LÓPEZ, CARLOS, e JIMÉNEZ BLANCO, JOSÉ IGNACIO (eds.) (1986): *Historia agraria de la España contemporánea*, Crítica, Barcelona.

⁴ FINBERG, H.P.R. (ed.) (1967): *The Agrarian History of England and Wales*, Cambridge University Press, London.

políticas públicas, dos mercados e das alterações tecnológicas no setor agrícola ao longo da História⁵.

Neste contexto, este artigo apresenta-se como um primeiro estudo para o conhecimento da agricultura regional portuguesa contemporânea a que, esperançosamente, outros se seguirão, não só aprofundando o presente objeto de estudo – a produção agrícola do Alentejo contemporâneo –, mas também alargando a discussão a outras regiões portuguesas, a partir do trabalho realizado no âmbito do projeto *Agriculture in Portugal: Food, Development and Sustainability (1850-2010)*⁶. Conforme se acabou de referir, o presente trabalho centra-se na produção agrícola do Alentejo na época contemporânea, tendo por base a evolução quantitativa da produção de cereais (trigo, milho, centeio, cevada, aveia e arroz), de produtos tipicamente mediterrânicos (azeite e vinho), leguminosas (grão e feijão) e batata. O objetivo é identificar a estrutura de produção agrícola do Alentejo desde o primeiro terço do século XX até à atualidade, assinalar as eventuais alterações e, por fim, apresentar um conjunto de fatores explicativos que serão aprofundados futuramente.

Resta então expor a estrutura deste artigo. Assim, após esta introdução, realiza-se uma apresentação das fontes e uma explicação dos métodos que permitiram obter séries de produção agrícola no Alentejo desde 1929 até 2018, incluindo ainda as limitações e os problemas encontrados com a recolha estatística e a delimitação geográfica usada para definir o espaço alentejano. Em seguida, efetua-se uma breve caracterização edafoclimática do Alentejo, bem como do desenvolvimento económico-social na cronologia proposta para, na secção subsequente, serem apresentados os dados da evolução da produção agrícola alentejana sempre em perspetiva comparada com a produção agrícola portuguesa. Por último, expõe-se as principais conclusões, devidamente enquadradas com o conhecimento historiográfico-económico da agricultura portuguesa contemporânea, e, sobretudo, indicam-se quais devem ser, na nossa opinião, as futuras linhas de investigação nesta temática.

⁵ FREIRE, DULCE, e AMARAL, LUCIANO (2017): “Agricultural Policy, Growth and Demise, 1930–2000” em FREIRE, DULCE, LAINS, PEDRO (eds.) (2017): *Op. cit.*, pág. 259.

⁶ Projeto coordenado por Dulce Freire, acolhido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL) e no qual, para além do autor deste artigo, colaboraram várias pessoas entre as quais Cláudia Viana a quem se agradece todo o trabalho que possibilitou a uniformização geográfica das bases de dados de produção agrícola.

2. MÉTODOS UTILIZADOS

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção agrícola no Alentejo, entre 1929 e 2018, excluindo-se outros setores de atividade primária normalmente associados à agricultura, em concreto, a criação de gado (pecuária) e a produção florestal. Neste sentido, recolheram-se os dados de produção agrícola existentes nas Estatísticas Agrícolas publicadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), desde 1943, e, para o período anterior, o Anuário Estatístico de Portugal da responsabilidade da Direcção-Geral de Estatística do Ministério da Economia e, a partir de 1935, do referido INE.

No entanto, devido à relativamente extensa cronologia em estudo, diversas dificuldades tiveram que ser ultrapassadas de forma a ser possível apresentar, com a devida coerência, séries longas de produção agrícola. Assim, em primeiro lugar, só foi possível obter informações para um conjunto selecionado de produtos, nomeadamente, cereais (trigo, milho, centeio, cevada, aveia e arroz), leguminosas (feijão e grão), produtos tipicamente mediterrânicos (vinho e azeite) e batatas, visto que outros tipos de produções nem sempre foram considerados pelas estatísticas agrícolas portuguesas.

Outra limitação importante foi a de conseguir arranjar uma unidade geográfica consistente, pois a apresentação dos dados de produção agrícola variou consoante a época. Assim, até 1989, foi efetuada por Distrito; por Região Agrária, entre 1990 e 2005; e, por último, recorrendo às NUTS II desde 2005. Ora, sendo o distrito a unidade geográfica que mais perdurou ao longo do tempo (60 anos), optou-se pela conversão da informação quantitativa que se encontra agregada por Região Agrária (1990-2005) e por NUTS II (2006-2009) em distritos. Para desagregar esta informação foi necessário recorrer aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para entender a diferença de áreas entre os limites administrativos dos distritos em relação às Regiões Agrárias (RA) e dos distritos em relação às NUTS II. Como oficialmente a formação das Regiões Agrárias partiu da agregação das NUTS III, e a agregação das NUTS III formam as NUTS II, as áreas dos limites administrativos praticamente não diferem, pois em quase todos os distritos portugueses, a sua respetiva área “encaixa” na área de uma das RA e na área de uma das NUTS II. Desta forma, numa primeira fase, converteram-se os valores de cada produto agrícola do ano 1989, ao nível distrital, para o nível da Região Agrária, ponderados pela proporção da área de cada distrito nas diferentes Regiões Agrárias a que pertence. Em seguida, converteram-se os valores de cada produto agrícola do ano 2005, ao nível da Região Agrária, para o nível das NUTS II, ponderados pela proporção da área

de cada Região Agrária nas diferentes NUTS II a que pertence. Assim, criou-se a necessária continuidade na informação nos últimos anos de cada um dos três níveis, de 1989-1990 e de 2005-2006, gerando um coeficiente de crescimento anual da produção. Por último, desagregou-se a informação de 1990 a 2006 para o nível distrital, onde a partir dos valores de produção de 1989, a evolução da produção em cada distrito é dada pelo crescimento anual da Região Agrária em que a área de cada distrito está presente. No final, foi possível obter a produção agrícola regional portuguesa para todos os Distritos de Portugal Continental.

O âmbito cronológico deste trabalho encontra-se diretamente relacionado com a definição geográfica de Alentejo. A Região Histórica do Alentejo⁷ corresponde ao somatório das atuais NUTS III que ostentam a designação Alentejo – Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. Contudo, este espaço distribuía-se, até 1926, pelos distritos de Portalegre, Évora, Beja, totalmente incluídos no Alentejo, e o de Lisboa onde 4.182 Km² se encontravam excluídos do Alentejo e cerca de 3.600 Km² aí contidos. Incluir a produção agrícola do Distrito de Lisboa no Alentejo, o que permitiria recuar a cronologia deste trabalho até finais do século XIX, causaria, todavia, uma elevada distorção nos dados apresentados pela adição de importantes zonas agrícolas a norte de Lisboa, como a região vitivinícola do Oeste. Por outro lado, ignorar o Alentejo contido no Distrito de Lisboa significaria excluir importantes zonas agrícolas onde, por exemplo, se concentrava (e se concentra) o grosso da produção de arroz da região e de Portugal.

Contudo, em 1926, foi criado, a partir do território dependente de Lisboa, o Distrito de Setúbal onde apenas pouco mais de 1.400 Km² se situam fora do Alentejo – a Península de Setúbal – na Área Metropolitana de Lisboa (AML), mantendo-se os referidos mais de 3.600 Km² dentro da região. Desta forma, considerar como produção agrícola do Alentejo o somatório das produções agrícolas dos Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal é analisar uma área com mais de 28.750 Km², dos quais menos de 5% se situam efetivamente fora do Alentejo, conforme o Quadro 1.

⁷ Para o conceito de Região Histórica do Alentejo consulte-se FONSECA, HELDER (1996): *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económica*, Imprensa Nacional-Casa do Moeda, Lisboa. A ADRAL – Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo – usa o mesmo conceito e, por esse motivo, representa e procura promover o desenvolvimento económico em igual território.

Quadro 1 – Distritos que compõem a produção agrícola alentejana considerada neste artigo

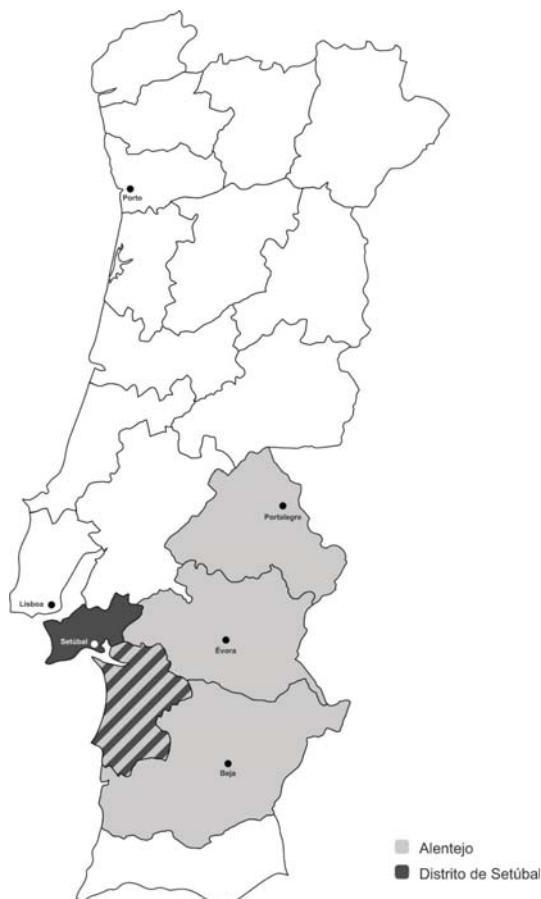
Distrito	Área (Km ²)	Área (%)
Beja	10.263,23	35,70
Évora	7.393,46	25,72
Portalegre	6.084,34	21,16
Setúbal – Alentejo	3.588,88	12,48
Setúbal – AML	1.421,12	4,94
Total	28.751,03	100,00

Fonte: *Elaboração própria a partir de PORTUGAL. MINISTÉRIO DO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENÉRGICA (2019).*

Adicionalmente, a Península de Setúbal, já pertencente à Área Metropolitana de Lisboa (AML), é caracterizada, no século XX, por um elevado nível de urbanização e, em termos económicos, pela industrialização, onde previsivelmente as áreas agrícolas, talvez com uma certa exceção na produção vitivinícola, são relativamente modestas, pelo que distorção da sua inclusão é certamente menor do que a exclusão de concelhos onde a agricultura tem ainda um peso expressivo como Alcácer do Sal, Grândola ou Santiago do Cacém. Optou-se, portanto, por examinar o somatório da produção agrícola dos quatro distritos preenchidos a cor na Figura 1, sendo que a cinzento se encontra assinalado o Alentejo, a tracejado a área do Distrito de Setúbal pertencente ao Alentejo e a preto a área do Distrito de Setúbal pertencente à Área Metropolitana de Lisboa – Península de Setúbal.

Desta definição do espaço geográfico nasce o âmbito cronológico escolhido, pois existindo dados disponíveis para o Distrito de Setúbal desde 1927, o estudo iniciou-se em 1929 de forma a permitir a constituição de médias decenais até 2018, último ano com dados de estatística agrícola já publicados.

Figura 1 – Alentejo, Distrito de Setúbal e Península de Setúbal



Fonte: Elaboração própria a partir de PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998), pág. 11.

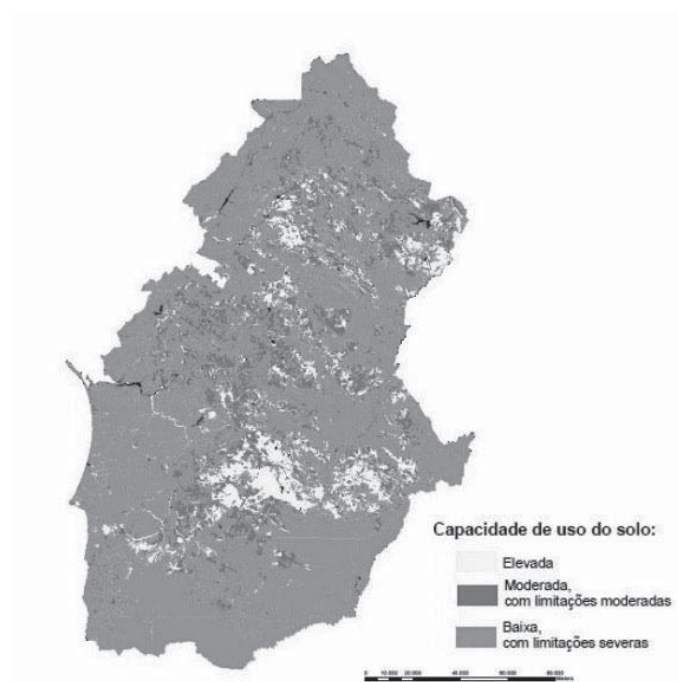
3. O ALENTEJO: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA DINÂMICA ECONÓMICO-SOCIAL (1929-2018)

O Alentejo, apesar de territorialmente extenso, apresenta uma certa homogeneidade climática que, grosso modo, pode ser simplificada a verões quentes a muito quentes e a invernos frescos a moderados, com um estio prolongado de 4 a 5 meses e níveis de precipitação irregulares e relativamente reduzidos. De facto, a pluviosidade situa-se entre uma média anual de 500 mm, no Baixo Alentejo, e 800 mm, no Alto Alentejo, enquanto nos meses de verão, quando

as temperaturas facilmente atingem os 40°C, a precipitação é quase nula⁸. A orografia, por sua vez, é suave pois nos quase 30.000 Km² alentejanos apenas existem duas elevações com cotas superiores a 600 m – a Serra de Ossa (653 metros de altitude) e a Serra de S. Mamede (1.025 metros de altitude).

Estes dois fatores contribuem para a pobreza do solo, visto que a pluviosidade irregular e concentrada reduz a taxa de formação do solo e promove um período de intensa lavagens, levando à perda de nutrientes e de solo por erosão. No verão, o extremo calor provoca uma elevada evaporação num solo delgado que, por si, já tem pouca capacidade de retenção de humidade. Adicionalmente, a pressão antrópica, sobretudo devido à atividade agrícola, acentuou ao longo dos séculos o fenómeno de esgotamento de nutrientes no solo. Não admira então que a segundo a classificação da Carta de Capacidade de Uso de Solos de Portugal, a larga maioria dos solos do Alentejo não possuam aptidão agrícola e mesmo o uso florestal tem limitações severas ou moderadas (Figura 2).

Figura 2 – Capacidade de uso do solo no Alentejo (2015)



Fonte: Elaborado por Gabinete Técnico Florestal do Município de Ponte de Sor baseada nas Cartas de Solos e de Capacidade de Uso do Solo (Série SROA/CNROA/IEADR).

⁸ RIBEIRO, ORLANDO, LAUTENSACH, HERMANN, e DAVEAU, SUZANNE (1988): *Geografia de Portugal*, Sá da Costa, Lisboa, págs. 405-455.

Influenciando diretamente a agricultura é de salientar que o latifúndio (grande propriedade) é a estrutura de propriedade dominante desde, pelo menos, finais do século XVIII⁹, e que ao longo do século XX permaneceu praticamente intocada¹⁰. Atualmente, aliás, a superfície média da exploração agrícola no Alentejo é de cerca de 57 hectares, bastante acima da média nacional (13,8 hectares) e da segunda região cuja média é maior, a Área Metropolitana de Lisboa (12,1 hectares)¹¹.

Por último, do ponto de vista demográfico, o Alentejo tem vindo a perder sistematicamente desde há mais de 50 anos elevados efetivos populacionais, com a exceção de dois ou três centros urbanos como Évora, Beja ou Sines. A leitura da evolução demográfica da região, agora isolada da dinâmica de crescimento da Península de Setúbal devido à existência de dados a nível concelhio, permite compreender que o Alentejo apesar de ocupar quase um terço de Portugal Continental, sempre foi pautado por uma baixa densidade populacional e por uma concentração em centros urbanos dessa pouca população. O êxodo rural, iniciado na segunda metade do século XX, só veio acentuar este cenário e encontra-se diretamente relacionado com a perda de importância da agricultura na economia portuguesa que, a partir da década de 1960, se tornou maioritariamente industrial para pouco depois se concentrar no setor terciário. Assim, se em 1930 residiam no Alentejo pouco mais de 650 mil habitantes (22,68 hab./Km²), que representavam cerca de 9,54% dos habitantes de Portugal, em 2011 este número reduzira-se para pouco menos de 510 mil habitantes (17,75 hab./Km²), que já só correspondiam a 4,83% dos portugueses.

4. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ALENTEJO (1929-2019)

4.1 CEREALICULTURA: TRIGO, MILHO, ARROZ, CEVADA, AVEIA E CENTEIO

O Alentejo é secularmente conhecido pela produção cerealífera e na realidade, com exceção da produção de centeio que é hoje residual, pode-se afirmar que a região é atualmente de longe a mais importante produtora de cereais de Portugal e da forma mais marcada dos últimos noventa anos. De facto, conforme se

⁹ SANTOS, RUI (2004): "Economics sociology of the modern latifundium: Economic institutions and social change in Southern Portugal, 17th-19th centuries em *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 45 , págs. 23-52.

¹⁰ FREIRE, DULCE, AMARAL, LUCIANO (2017): *op. cit.*, págs. 255-256

¹¹ PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2014): *Inquérito à estrutura das explorações agrícolas*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, pág. 8.

pode verificar no Quadro 2, o Alentejo representa quase dois terços da produção nacional de arroz e mais de 80% da produção nacional de trigo, cevada e aveia, enquanto o milho, até recentemente pouco presente nas terras quentes transtaganas, já aqui se produz à razão de cerca de um quarto da produção nacional.

Quadro 2 – Proporção da produção agrícola do Alentejo no total da produção nacional de trigo, milho, arroz, cevada, aveia e centeio.
(Valores expressos em percentagem %)

Anos	Trigo	Milho	Arroz	Cevada	Aveia	Centeio
1929-38	66,68	2,74	32,05	70,91	85,60	11,23
1939-48	63,58	3,50	36,76	69,20	81,11	10,06
1949-58	60,29	5,64	40,12	70,04	79,64	11,05
1959-68	60,30	4,72	43,41	58,54	70,72	7,10
1969-78	68,99	3,74	46,01	64,77	70,80	5,46
1979-88	76,22	2,71	45,99	69,85	75,88	5,58
1989-98	79,63	8,14	47,49	79,50	77,55	2,45
1999-08	81,30	19,63	49,72	73,67	78,58	0,82
2009-18	80,03	27,84	61,67	88,35	86,40	0,69

Fonte: Elaboração própria a partir de PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA (1929-1935), PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1936-1943) e PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1943-2018).

O reforço da proporção da produção de cereais alentejanos ocorreu em simultâneo com uma importante alteração estrutural: a substituição do trigo pelo milho como principal cereal da região. Ora, à medida que foi surgindo uma relevante produção de milho, a produção de trigo alentejano, apesar de reforçar a sua preponderância no contexto nacional, foi decaindo progressivamente e de forma acentuada no último vinténio. Ou seja, o fortalecimento do Alentejo como região trigueira ocorreu pela queda mais acentuada da produção de trigo noutras regiões, visto que, ao contrário da produção de milho, as colheitas de trigo têm-se vindo a reduzir, a nível nacional, desde a década de 1990, de acordo com o expresso no Quadro 3.

Em sentido contrário, a ascensão do milho como principal cereal produzido em Portugal é umas das alterações estruturais a registar na cerealicultura portuguesa da segunda metade do século XX e, sobretudo, é a grande alteração

estrutural da produção cerealífera alentejana do início do século XXI. De facto, a distribuição do trigo e do milho em Portugal desde, pelo menos, meados do século XIX, era marcadamente regional, com o milho confinar-se às regiões a norte do Tejo, mais húmidas e com maior disponibilidade de água, enquanto o trigo cultivava-se sobretudo nos extensos latifúndios do Alentejo¹². Durante décadas, estas duas culturas foram se alternando, conforme os anos agrícolas e aspetos políticos como a Campanha do Trigo (1929-1938), como a principal produção cerealífera portuguesa. No entanto, o milho foi-se impondo, registando um crescimento bastante acelerado sobretudo a partir da década de 1980, ao contrário do trigo, que pela mesma altura começou a apresentar produções cada vez menores.

No Alentejo, região tradicionalmente dominada pelo trigo, registou-se um fenómeno similar, com a década de 1980 a conhecer um aumento espetacular da produção de milho, enquanto a produção de trigo estagnou e veio a decair imenso na década de 1990, conforme se pode verificar uma vez mais no Quadro 3. Neste contexto, é de referir que 1975 foi o último ano que se produziu mais trigo do que milho em Portugal, já no Alentejo o mesmo só se verificou em 2007, pelo que há mais de uma década que o milho é também o cereal mais produzido na região.

Quadro 3 – Evolução comparada, entre a produção de Portugal e do Alentejo, da produção trigo, milho e arroz. (Números índice: Base 100 = 1929-1938)

Anos	Trigo		Milho		Arroz	
	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo
1929-38	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1939-48	89,69	85,83	113,86	146,48	154,60	177,20
1949-58	141,95	128,83	125,82	256,16	308,89	391,52
1959-68	128,27	116,37	156,18	258,77	341,94	467,72
1969-78	120,51	125,21	139,12	176,27	315,64	459,58
1979-88	92,91	106,39	145,95	144,91	310,45	451,25
1989-98	93,67	112,14	209,56	804,91	265,54	424,89
1999-08	54,26	68,70	207,72	1508,57	265,14	452,17
2009-18	16,41	20,25	218,06	2279,79	320,51	629,58

Fonte: As mesmas que o Quadro 2.

¹² RIBEIRO, ORLANDO, LAUTENSACH, HERMANN, e DAVEAU, SUZANNE (1988): *Op. cit.*, Sá da Costa, Lisboa, págs. 969-973.

A mudança é de tal ordem que merece que seja materializada com os dados quantitativos das respetivas produções. Assim, na década de 1930, no Alentejo produziu-se uma média anual de 286.500 toneladas de trigo e uma média anual de 9.848 toneladas de milho, ou seja, a produção de milho era vinte vezes menor do que a de trigo, mas na última década esta já é quase quatro vezes superior à de trigo, pois anualmente produziu-se, em média, 223.119 toneladas de milho e somente 58.017 toneladas de trigo.

Quanto à produção de arroz, verifica-se que o Alentejo foi-se afirmando de uma forma progressiva, ao longo do período cronológico em análise, como a principal região portuguesa produtora deste cereal com destaque para dois períodos concretos, a década de 1950, coincidente com a erradicação da malária em Portugal¹³, e a década de 2010. Não existiu, neste caso, uma divergência com o panorama nacional, simplesmente o aumento da produção rizícola na última década foi no Alentejo quase o dobro da média nacional, tal como demonstra o Quadro 3, de quase 78.500 toneladas anuais para quase 110 mil toneladas.

Interpretação semelhante é aplicável às produções de cevada e de aveia, as quais são cada vez mais representativas no Alentejo, mas que ao partir de uma base de claro domínio produtivo nas décadas de 1930 e 1940, leva a que atualmente seja possível afirmar que se tratam de produções quase exclusivamente alentejanas, tal a quota de produção nacional que a região detém já bastante próxima dos 90% em ambos os casos, de acordo com o Quadro 2. Porém, contrariamente à rizicultura e de acordo com o que ocorreu com o trigo, quer a aveia, quer o centeio, registam a nível nacional e regional, produções inferiores às de meados do século XX, com maior ênfase no caso da aveia cuja produção já só é pouco mais de metade dos anos 1930, conforme demonstra o Quadro 4. Assim, é a queda mais acelerada noutras regiões que reforça a posição alentejana em ambos os cereais.

Por último, a cultura do centeio é a única em que o Alentejo perdeu a já de si pouca importância que detinha, visto que esta praticamente desapareceu da região, apresentando valores de produção muito diminutos, com uma média anual de apenas 114 toneladas na última década, menos de 1% da verificada na década de 1930, quando se produziam, em média, quase 12.500 toneladas anuais. Nas demais regiões portuguesas algo semelhante tem vindo a ocorrer, embora de forma mais mitigada, pois a produção de centeio é apenas pouco mais de 15% do que fora na década de 1930 e cerca de um décimo da década de 1950, período em que se registaram os valores mais elevados.

¹³ SILVA, ANA ISABEL, e FAÍSCA, CARLOS MANUEL (2015): “A orizicultura em Ponte de Sor: Economia e saúde pública, (1850-1950)” em *Albelterium*, Volume II, Número I, págs. 107-120.

Quadro 4 – Evolução comparada, entre a produção de Portugal e do Alentejo, da produção cevada, aveia e centeio.

(Números índice: Base 100 = 1929-1938)

Anos	Cevada		Aveia		Centeio	
	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo
1929-38	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1939-48	134,47	132,63	105,78	101,34	96,79	83,62
1949-58	210,88	209,67	120,69	112,68	138,27	133,57
1959-68	156,01	130,66	104,65	86,74	151,57	95,67
1969-78	165,31	155,74	106,91	89,12	129,15	63,02
1979-88	151,60	153,20	130,61	117,13	95,65	46,74
1989-98	145,56	167,04	72,17	64,84	57,44	14,29
1999-08	87,68	99,28	67,33	61,97	27,53	1,79
2009-18	70,24	88,12	57,95	58,73	15,10	0,91

Fonte: As mesmas que o Quadro 2.

4.2 PRODUÇÕES TIPICAMENTE MEDITERRÂNICAS: VINHO E AZEITE

O setor vitivinícola é, além da já referida cultura do milho, a grande alteração estrutural na produção agrícola do Alentejo. Apresentando, ao longo de quase todo o século XX, valores modestos em torno dos 3 a 7% do total nacional, verificáveis no Quadro 5, o início do século XXI, muito à semelhança do que ocorreu com o milho, caracterizou-se por um forte aumento da produção de vinho no Alentejo, com mais do que a duplicação dos valores obtidos na década de 2010 por comparação com a de 1990, de acordo com o expresso no Quadro 6. No mesmo período, porém, a produção nacional de vinho conheceu um ligeiro retrocesso, o que serviu para que, em total contraciclo com o que se verificou no restante território nacional, a proporção de vinho alentejano ronde atualmente um quinto do total nacional. Em termos quantitativos é fácil ilustrar esta situação pois, na década de 2010, a produção média anual no Alentejo ultrapassou os 1,17 milhões de hectolitros, níveis nunca antes atingidos, quando, na década de

1930, não chegou sequer aos 350 mil hectolitros anuais. A nível nacional, contudo, à média superior a 8,6 milhões de hectolitros anuais, na década de 1930, e ao máximo histórico de mais de 11,4 milhões de hectolitros anuais, na década de 1950, contrapõe-se nos dias de hoje uma média anual de aproximadamente 6,1 milhões de hectolitros.

Quadro 5 – Proporção da produção agrícola do Alentejo no total da produção nacional de vinho e de azeite.

(Valores expressos em percentagem %)

Anos	Vinho	Azeite
1929-38	4,56	35,59
1939-48	3,21	32,87
1949-58	3,45	34,39
1959-68	4,13	38,26
1969-78	5,86	42,52
1979-88	7,55	44,28
1989-98	7,06	33,30
1999-08	12,89	36,26
2009-18	18,83	62,42

Fonte: *As mesmas que o Quadro 2.*

Quanto à olivicultura, expressa aqui pela produção de azeite, é um caso distinto. Tratando-se de um setor sempre bem representado na agricultura alentejana, com as respetivas produções regionais a registar poucas variações em tornos dos 30 a 40% do total nacional ao longo de quase todo o período cronológico analisado, a última década, fruto, como se irá discutir adiante, da mudança de lógica produtiva através da implantação do olival intensivo de regadio, registou um aumento de mais do quádruplo do quantitativo de produção. Este extraordinário ganho na produção de azeite verificou-se a nível nacional, mas mais ou menos com metade do impacto verificado no Alentejo, pois a produção portuguesa, na última década, «apenas» pouco mais que duplicou de uma média anual de aproximadamente 410 mil hectolitros anuais na década de 2010 para perto dos 900 mil hectolitros na atual, enquanto no Alentejo a alteração, no mesmo

período, foi de cerca de pouco mais de 135 mil hectolitros anuais para mais de 560 mil. Os Quadros 5 e 6 apresentam os dados que sustentam a caracterização atrás descrita.

Quadro 6 – Evolução comparada, entre a produção de Portugal e do Alentejo, da produção de vinho e azeite.

(Números índice: Base 100 = 1929-1938)

Anos	Vinho		Azeite	
	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo
1929-38	100,00	100,00	100,00	100,00
1939-48	120,88	83,96	132,09	123,13
1949-58	124,92	95,73	178,83	176,47
1959-68	154,01	137,41	167,56	182,86
1969-78	123,15	153,74	109,31	134,50
1979-88	122,34	190,66	85,32	116,44
1989-98	99,34	144,80	80,02	74,88
1999-08	91,21	252,23	86,16	83,22
2009-18	83,70	341,62	188,75	346,87

Fonte: As mesmas que o Quadro 2.

4.3 LEGUMINOSAS (FEIJÃO E GRÃO) E BATATA

A produção portuguesa de leguminosas, em concreto de grão e de feijão, registou, nos últimos trinta anos, uma queda abrupta um pouco por todo o território nacional, à qual a região do Alentejo não foi exceção. Neste contexto, a maior concentração da produção de grão a sul do Tejo deu-se somente porque aqui a queda produtiva foi menor do que noutras regiões, ocorrendo precisamente o oposto no caso do feijão, onde o abandono desta cultura ocorreu de forma mais acelerada no Alentejo.

Não é inclusivamente muito polémico considerar que o feijão já não se cultivava no Alentejo em virtude de uma média anual, na última década, de 29 toneladas, que contrasta fortemente com as mais de 3.700 toneladas anuais, na década de 1960, aquando do seu apogeu, ou mesmo das cerca de 1.410 toneladas anuais

na década de 1930. A presente proporção regional desta cultura, que de qualquer forma nunca atingiu os 8%, em pouco mais de 1% do total e expressa no Quadro 7, ajuda corroborar esta ideia.

Quadro 7 – Proporção da produção agrícola do Alentejo no total da produção nacional de grão, feijão e batata.

(Valores expressos em percentagem %)

Anos	Grão	Feijão	Batata
1929-38	65,26	3,64	7,00
1939-48	68,74	5,74	6,36
1949-58	74,82	7,28	5,74
1959-68	80,45	6,53	4,00
1969-78	69,22	5,22	4,16
1979-88	61,05	4,46	4,30
1989-98	31,99	3,14	1,92
1999-08	43,21	2,23	2,64
2009-18	68,37	1,14	8,29

Fonte: *As mesmas que o Quadro 2.*

O elevado peso da produção de grão no Alentejo, mais de dois terços da produção nacional na segunda década do século XXI, não pode, todavia, ser interpretado como um sinal de expansão desta cultura pelas planícies alentejanas. Na realidade, conforme informa o Quadro 8, a atual produção de grão alentejano é de apenas um décimo daquela que se verificava há 90 anos, e menos de 9% a nível nacional. A atual média anual de 797 toneladas de grão produzido no Alentejo, de uma produção nacional de pouco mais de 1.000 toneladas anuais, é uma ínfima parte das mais de 8.100 toneladas que ainda na década de 1980 era habitual produzirem-se na região de um total nacional médio de mais de 13.000 toneladas por cada ano.

Resta, por fim, analisar a produção de batata. Trata-se de uma cultura com uma representação limitada no Alentejo e que durante toda a segunda metade do século XX veio progressivamente a perder importância no seio do setor agrícola português em virtude, num primeiro momento e até à década de 1960, de

registar taxas de crescimento mais moderadas, passando depois para um período de queda mais vincado do que a média nacional. No entanto, a última década apresenta uma inversão deste panorama com a quase duplicação da produção de batata alentejana, de uma média anual cerca de 17.400 toneladas para as atuais 34.600 toneladas, enquanto a produção nacional registou uma queda considerável, de uma média anual cerca de 647 mil toneladas para as atuais 400 mil toneladas.

Quadro 8 – Evolução comparada, entre a produção de Portugal e do Alentejo, da produção de grão, feijão e batata.

(Números índice: Base 100 = 1929-1938)

Anos	Grão		Feijão		Batata	
	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo
1929-38	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1939-48	115,03	119,95	107,05	170,32	138,41	124,61
1949-58	153,57	174,40	124,80	243,74	179,12	146,38
1959-68	228,49	279,04	145,04	260,20	184,75	106,08
1969-78	148,63	155,97	116,26	165,26	194,38	115,80
1979-88	114,11	107,05	103,28	126,37	179,69	110,76
1989-98	37,20	30,11	56,30	54,71	220,21	57,94
1999-08	8,98	8,33	11,59	7,38	115,57	44,60
2009-18	8,78	9,91	5,16	2,04	71,83	88,71

Fonte: As mesmas que o Quadro 2.

4.5 A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ALENTEJO: UMA PERSPETIVA DE LONGO PRAZO

Nos últimos noventa anos, a estrutura da produção agrícola no Alentejo alterou-se substancialmente, sobretudo a partir do início do século XXI. Assim, de uma região que, na década de 1930, estava focada na produção cerealífera de trigo, passou-se não só para uma cerealicultura onde predomina o milho, mas também em que as culturas mediterrânicas tornaram-se essenciais, casos do azeite, que, todavia, já detinha uma relativa importância em meados do sé-

culo XX, e do vinho, que se afirmou bastante no último vinténio. De facto, na década de 1930 e, pelo menos, até à década de 1960, a agricultura do Alentejo destacava-se por evidenciar os efeitos das políticas agrícolas públicas, bem como dos condicionalismos edafoclimáticos.

Considerando-se então que o era dever do Estado assegurar a autossuficiência alimentar, o trigo foi fortemente beneficiado, através de subsídios diretos à produção e na fixação administrativa de preços, com o intuito de satisfazer o aumento da procura doméstica em virtude de um contínuo crescimento demográfico e de uma dieta alimentar baseada, em grande parte, no consumo de pão¹⁴. Esta ideia, porém, não constituía qualquer novidade, vindo a ser seguida por diferentes governos e regimes políticos desde o final do século XIX, particularmente desde a promulgação, em 1889, das primeiras leis de protecionismo cerealífero¹⁵. O predomínio do trigo era de tal ordem que, nas décadas de 1930 a 1960, a produção deste cereal, no Alentejo, era mais do triplo do que qualquer outro. Aliás, várias das restantes principais produções agrícolas alentejanas estavam, de alguma forma, relacionadas com a cultura do trigo: a aveia e cevada, segundo e terceiros cereais da região, semeavam-se em rotatividade com o trigo; o olival compensava do ponto de vista económico, tal como o montado aqui não tratado por se tratar de uma produção florestal, os anos de pousio que a pobreza dos solos e as duras condições do clima alentejano impunham à produção intensiva de trigo¹⁶.

Em sentido contrário, todas as culturas associadas ao regadio tinham pouca expressão, o que, mais do que a políticas públicas, se pode explicar pela natural escassez de água na região. Desde logo, o pouco milho que no Alentejo se cultivava era das variedades de grão branco, melhor adaptadas ao regime de sequeiro, mas de fraca produtividade¹⁷. Igualmente o feijão e a batata, frequentemente cultivados de forma intercalada com o milho no norte de Portugal, eram produções de pouca relevância nas planícies alentejanas, sendo a batata substituída pelo grão na produção e consumo alentejano¹⁸. A vinha, apesar das excelentes capacidades de adaptação a solos e ecossistemas, no qual se incluem os existentes

¹⁴ FREIRE, DULCE, e LAINS, PEDRO (eds.) (2017): *op. cit.*, págs. 253-254.

¹⁵ REIS, JAIME (1993): *O atraso económico português, 1850-1930*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, págs. 33-87.

¹⁶ RIBEIRO, ORLANDO, LAUTENSACH, HERMANN, e DAVEAU, SUZANNE (1988): *op. cit.*, pág. 973.

¹⁷ RIBEIRO, ORLANDO, LAUTENSACH, HERMANN, e DAVEAU, SUZANNE (1988): *op. cit.*, pág. 969.

¹⁸ RIBEIRO, ORLANDO, LAUTENSACH, HERMANN, e DAVEAU, SUZANNE (1988): *op. cit.*, pág. 1020.

no Alentejo¹⁹, apresentava quantitativos de produção bastante reduzidos, pois num país que a produção média anual, nas primeiras três décadas do período em análise, rodava os mais 8,5 milhões de hectolitros, encontrava no Alentejo não mais de 320 mil hectolitros anuais. Neste caso, o protecionismo dado ao trigo e, em sentido contrário, a penalização da produção vinícola no Alentejo em favor das regiões demarcadas no norte e centro de Portugal²⁰, parecem explicar a ausência de um forte setor vitivinícola em terras transtaganas e não as condições naturais do território.

A grande exceção era o arroz, cultura que necessita obrigatoriamente de água, que na década de 1930 detinha já uma importância razoável quer em relação à produção nacional, quer na estrutura da agricultura regional, mas que se debatia, por um lado, com limitações legais e sanitárias devidas à sua associação ao sezonismo (malária)²¹, doença frequente no Alentejo rizícola e, por outro, com a ausência de zonas regadas que a limitava essencialmente ao vale do Sado, no Alentejo Litoral, e aos afluentes do Tejo, no Alto Alentejo.

Na realidade, o panorama da agricultura alentejana não era mais do que aquele que já há muito foi identificado pela historiografia económica portuguesa. Portugal estava, durante as décadas iniciais do Estado Novo, dividido em duas grandes regiões, separadas pelo Tejo e pela Cordilheira Central. A norte, em condições de maior disponibilidade de água, de maior fertilidade do solo e da disseminação do minifúndio, tinha-se como cultura básica o milho, associado às demais culturas de regadio e ainda a uma vitivinicultura secular e protegida por regiões demarcadas. A sul, em regiões de sequeiro, de solos pobres e de grandes latifúndios, a economia agrícola assentava na cultura extensiva dos cereais, com destaque absoluto para o trigo, conjugada com a do olival, do montado de sobro (cortiça), ou do arroz nas zonas de regadio junto aos grandes rios Tejo e Sado²².

Entretanto, à medida que a própria estrutura da economia portuguesa se alterava rapidamente, com a queda abrupta da importância da agricultura e a uma maior abertura aos mercados internacionais, sobretudo a partir da década 1960, a estrutura da agricultura alentejana mantinha-se essencialmente igual. As produções mais importantes eram basicamente as mesmas, verificando-se uma queda nas produções obtidas e que tinham estado em crescimento até então,

¹⁹ FREIRE, DULCE (2010): *Produzir e beber: a questão do vinho no Estado Novo*, Âncora, Lisboa.

²⁰ CALADO, JOSÉ (2018): *Apontamentos para a História da vinha e do vinho no Alentejo*, Herdade das Servas, Estremoz.

²¹ BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA (1993): *A Política Agrária do Estado Novo*, Afrontamento, Porto, págs. 127 a 129.

²² ROSAS, FERNANDO (1994): "História de Portugal, Volume 7: O Estado Novo (1926-1974)" em MATTOSO, JOSÉ, *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa.

mas mais ou menos em linha com o que se verificava com a restante agricultura portuguesa. Assim, à queda generalizada da produção nacional de trigo, cevada, aveia, arroz, grão, feijão, batata e azeite, registou-se igual o cenário no Alentejo, enquanto o crescimento das produções de milho e vinho também foi acompanhado regionalmente na devida proporção.

Contudo, os últimos vinte a trinta anos demonstram uma forte alteração na estrutura da produção agrícola alentejana em quase todos os produtos analisados. Assim, se na produção dos cereais «tradicionais» (trigo, cevada e aveia), bem como na leguminosa a que ao trigo se associava (grão), o Alentejo reforçou a preponderância que anteriormente detinha, tal apenas ocorreu pelo rápido desaparecimento destas culturas noutras regiões, pois em termos absolutos verificam-se quedas acentuadas em todas e, especialmente, no trigo. Este último, outrora imagem de marca da agricultura alentejana, viu-se ultrapassado, na última década, pelo milho como principal cereal da região, fazendo com que o Alentejo, até à década de 1990, uma região residual na produção de milho, contribua atualmente com cerca de um quarto de toda a produção portuguesa. Contudo, o feijão, que tradicionalmente a norte se associava ao milho, continua a não ter expressão na região, ao contrário da batata que registou no último decénio um crescimento notável. O azeite e o arroz, alimentos já de si com uma importância histórica na produção agrícola alentejana, conheceram um aumento extraordinário na última década ao ponto de aqui contabilizar-se mais de 60% da produção nacional destes produtos. Por último, o vinho, e na ausência de políticas públicas de discriminação regional, tem vindo também a afirmar-se, desde a década de 1990, contado já com uma quota nacional próxima dos 20%.

As grandes alterações na produção agrícola do Alentejo verificadas no século XXI merecem, num futuro próximo, um estudo mais aprofundado que identifique os principais fatores explicativos, em que se incluem as políticas públicas, os efeitos dos mercados e os agentes privados envolvidos, bem como a respetiva contribuição relativa de cada um. Será também interessante a comparação com outras regiões com condições naturais e económico-sociais semelhantes, surgindo logo à primeira vista a Extremadura, com quem o Alentejo partilha uma fronteira com centenas de quilómetros e condições naturais e sociais semelhantes. No entanto, cremos ser possível já avançar com três fatores que parecem determinantes na evolução atrás referida.

Em primeiro lugar, as mudanças verificadas nas políticas públicas com incidência em produtos específicos. Entre estas destaca-se, pelo menos e a título exemplificativo, as políticas dirigidas para a produção de trigo e de vinho. No caso daquele cereal, e após mais de um século, é de salientar o desaparecimento

de qualquer tipo de promoção dada ao trigo a partir de 2005 – num período em que já só se apoiava a produção de trigo duro –, através do início da reforma intercalar da Política Agrícola Comum de 2003²³. A consequência foi o ainda mais rápido abandono de uma cultura cuja produtividade, desde a segunda metade do século XX, sempre se relevou reduzida²⁴. Já da bebida cujo maior consumidor mundial *per capita* é Portugal, é de sublinhar que a historiografia económica considera, há quase trinta anos, que foram medidas políticas que restringiram a produção de vinho transtagano²⁵, o que os recentes dados aqui apresentados parecem confirmar.

Em segundo lugar, e quiçá o fator mais determinante, há que ter em consideração o impacto importantíssimo da expansão do regadio na agricultura alentejana, quer através da construção de grandes obras públicas, quer pelas pequenas obras privadas de rega. Sabendo-se que a escassez de água é um dos principais entraves à intensificação da produção agrícola na região, há muito que se definiu o Plano de Rega do Alentejo, em 1957, e se iniciou a sua execução no âmbito do II Plano de Fomento (1959-1964)²⁶. Contudo, o ritmo da sua implementação foi muito mais lento do que o previsto e, em 1974, a área beneficiada era ainda de 33 mil hectares²⁷, o que não sendo desprezível não foi suficiente para que as culturas de regadio, que se vieram a implementar na região recentemente, vingassem. Aliás, no final da década de 1980 ainda se considerava que só a rega em grande escala no Alentejo poderia mudar a feição de região, pois até então a repartição regional do regadio só tinha vincado ainda mais os contrastes do rendimento agrícola potencial das várias partes de Portugal²⁸. Ora, se o Alentejo ainda é hoje a região menos irrigada de Portugal, com apenas 8% da superfície agrícola utilizada em regime de regadio, foi a única que, no último vinténio, registou um aumento considerável da área regada que se estima que já tenha ultrapassado os 280 mil hectares²⁹. O elevado aumento na produção de milho deu-se precisamente nestas condições, através da expansão da rega por *center-*

²³ PIMENTA, SUSANA PELÚCIO (2014): *A Agricultura da região do Alentejo nos últimos 25 anos e perspetivas no quadro da Política Agrícola Comum pós-2013*, Universidade de Évora, Évora, Tese de Mestrado.

²⁴ SOARES, FERNANDO BRITO (2005): *Op. cit.*, pág. 164.

²⁵ REIS, JAIME (1993): *Op. cit.*, págs. págs. 33-87 e FONSECA, HELDER (1996): *Op. cit.*, págs. 126-136.

²⁶ ROSAS, FERNANDO (1994): *Op. cit.*, pág. 437.

²⁷ ROSAS, FERNANDO (1994): *Op. cit.*, pág. 444.

²⁸ RIBEIRO, ORLANDO, LAUTENSACH, HERMANN, e DAVEAU, SUZANNE (1988): *op. cit.*, pág. 967.

²⁹ PIMENTA, SUSANA PELÚCIO (2014): *op. cit.*, pág. 21.

-*pivot*³⁰, enquanto o espetacular crescimento na produção de azeite está também intimamente ligado ao alargamento do olival intensivo suportado em sistemas de rega, não só nas novas áreas possibilitadas pela conclusão da barragem de Alqueva, em 2002, como junto de outras albufeiras artificiais resultantes das primeiras obras de hidráulica agrícola da região, como é o caso da barragem de Maranhão, concluída em 1958. Até a produção de vinho tem beneficiado, em alguns casos, com a utilização do regadio alentejano.

Por último, e tendo em consideração que dos produtos analisados apenas o vinho encontra uma colocação considerável nos mercados internacionais³¹, é necessário ter em consideração as alterações dos hábitos de consumo dos portugueses. Durante o período abrangido por este trabalho, o consumo interno, em virtude do aumento do nível de vida sobretudo a partir do final da década 1950, passou a valorizar mais as proteínas animais e laticínios (carne, ovos e leite) em detrimento do consumo de cereais como o trigo, o centeio e a cevada³², o que certamente levou a implicações diretas na agricultura alentejana, entre as quais as quedas produtivas destes cereais, não só recentes, mas também as registadas, ainda que de forma menos pronunciada, na segunda metade do século XX.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho efetuou-se uma primeira análise à evolução da estrutura da produção agrícola do Alentejo, desde a década de 1930 até à atualidade, a partir do quantitativo da produção de cereais (trigo, milho, centeio, cevada, aveia e arroz), produtos mediterrânicos (azeite e vinho), leguminosas (feijão e grão) e batata. A principal conclusão é a de que até ao início do século XXI, a estrutura de produção agrícola do Alentejo manteve-se quase inalterada, mas com uma queda de produção generalizada a partir da década de 1960. Esta tendência, ainda assim, foi menos acentuada do que nas demais regiões portuguesas, levando a um reforço da ponderação da produção agrícola alentejana no total nacional.

No entanto, a partir do início do século XXI, surgiram no Alentejo, com uma expressão assinalável, quer culturas associadas ao regadio e até então presentes sobretudo a norte do Tejo, caso do milho e da batata, quer culturas, que já fazendo tradicionalmente parte da agricultura alentejana, conheceram, através da disseminação da irrigação, aumentos produtivos bastante assinaláveis, caso do arroz e do azeite. Por outro lado, liberta dos constrangimentos políticos impostos

³⁰ PIMENTA, SUSANA PELÚCIO (2014): *op. cit.*, pág. 17.

³¹ FREIRE, DULCE, e LAINS, PEDRO (eds.) (2017): *op. cit.*, págs. 272.

³² ROSAS, FERNANDO (1994): *Op. cit.*, pág. 447 e FREIRE, DULCE, e LAINS, PEDRO (eds.) (2017): *op. cit.*, págs. 227.

durante décadas e beneficiando também, em alguns casos, da maior disponibilidade de água na região, a vitivinicultura alentejana conhece atualmente o seu apogeu produtivo com valores que há meio século pareciam difíceis de imaginar. Em simultâneo, a cerealicultura tradicional, bem como a produção de grão, continuou a declinar progressivamente até atingir níveis mínimos históricos.

É de sublinhar que os últimos vinte anos, além de registarem uma mudança radical na estrutura secular da produção agrícola do Alentejo, correspondem também a aumentos produtivos significativos e a um período de crescimento de perto de 20% do Produto Agrícola regional, o mais acentuado de todas as regiões portuguesas. Assim, atualmente o Alentejo é a região que mais contribui para o Produto Agrícola nacional, com uma quota em torno dos 27%, quando, em 1999, este valor era de cerca de 21%, sendo à época inferior ao relativo à região Centro (33%) e à região Norte (28%)³³.

Por todos estes motivos, e depois de neste trabalho se terem identificado as principais tendências da produção agrícola alentejana desde a década de 1930, pretende-se aprofundar as causas que possibilitaram tamanha mudança em aspetos como as políticas agrícolas públicas, as alterações técnicas e tecnológicas, onde se inclui a expansão do regadio e a eventual disseminação de sementes e de espécies melhor adaptadas às características do Alentejo, e as mudanças na procura dos mercados consumidores de produtos agrícolas alentejanos.

6. BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA (1993): *A Política Agrária do Estado Novo*, Afrontamento, Porto.

CALADO, JOSÉ (2018): *Apontamentos para a História da vinha e do vinho no Alentejo*, Herdade das Servas, Estremoz.

COSTA, ANTÓNIO PEDRO QUADROS E (2017): *Evolução da PAC e da Agricultura Portuguesa no período 1998-2015: o caso das principais culturas na região do Alentejo*. Universidade de Lisboa, Lisboa, Tese de Mestrado.

COSTA, LEONOR FREIRE, MIRANDA, SUSANA, LAINS, PEDRO (2011): *História Económica de Portugal: 1143-2010*, A Esfera dos Livros, Lisboa.

³³ COSTA, ANTÓNIO PEDRO QUADROS E (2017): *Evolução da PAC e da Agricultura Portuguesa no período 1998-2015: o caso das principais culturas na região do Alentejo*. Universidade de Lisboa, Lisboa, Tese de Mestrado, pág. 11.

FINBERG, H.P.R. (ed.) (1967): *The Agrarian History of England and Wales*, Cambridge University Press, London.

FONSECA, HELDER (2005) “A ocupação da terra” em LAINS, PEDRO, SILVA, ÁLVARO FERREIRA. *História Económica de Portugal: volume II, o século XIX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 83-199.

FREIRE, DULCE, e AMARAL, LUCIANO (2017): “Agricultural Policy, Growth and Demise, 1930–2000” em FREIRE, DULCE, LAINS, PEDRO (eds.) (2017): *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*, Brill, Leiden, págs. 245-272.

FREIRE, DULCE, e LAINS, PEDRO (eds.) (2017): *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*, Brill, Leiden.

FONSECA, HELDER (1996): *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*, Imprensa Nacional-Casa do Moeda, Lisboa.

GARRABOU, RAMÓN, BARCIELA LÓPEZ, CARLOS, e JIMÉNEZ BLANCO, JOSÉ IGNACIO (eds.) (1986): *Historia agraria de la España contemporánea*, Crítica, Barcelona.

LAINS, PEDRO (2003): “A evolução da agricultura e da indústria, 1850-1913” em LAINS, PEDRO. *Os progressos do atraso: uma nova História Económica Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 125-166.

MARTINS, CONCEIÇÃO ANDRADE (2005): “A agricultura” em LAINS, PEDRO, SILVA, ÁLVARO FERREIRA. *História Económica de Portugal: volume II, o século XIX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 219-259.

PIMENTA, SUSANA PELÚCIO (2014): *A Agricultura da região do Alentejo nos últimos 25 anos e perspetivas no quadro da Política Agrícola Comum pós-2013*, Universidade de Évora, Évora, Tese de Mestrado.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1936-1943): *Anuário Estatístico de Portugal*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1944-2019): *Estatísticas Agrícolas*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998): *Nomenclaturas territoriais: designações e códigos*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2014): *Inquérito à estrutura das explorações agrícolas*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1929-1935): *Anuário Estatístico de Portugal*. Ministério da Economia, Lisboa.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. DIRECÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO (2019): *Carta Administrativa Oficial de Portugal*, Direção Geral do Território, Lisboa, [Em linha] http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_download/carta_administrativa_oficial_de_portugal_versao_2018_em_vigor/ [consult.] 27 de julho de 2019.

REIS, JAIME (1993): *O atraso económico português, 1850-1930*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

RIBEIRO, ORLANDO, LAUTENSACH, HERMANN, e DAVEAU, SUZANNE (1988): *Geografia de Portugal*, Sá da Costa, Lisboa, págs. 405-455.

ROSAS, FERNANDO (1994): “História de Portugal, Volume 7: O Estado Novo (1926-1974)” em MATTOSO, JOSÉ, *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa.

SANTOS, RUI (2004): “Economics sociology of the modern latifundium: Economic institutions and social change in Southern Portugal, 17th-19th centuries em *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 45, págs. 23-52.

SILVA, ANA ISABEL, e FAÍSCA, CARLOS MANUEL (2015): “A orizicultura em Ponte de Sor: Economia e saúde pública, (1850-1950)” em *Albelterium*, Volume II, Número I, págs. 107-120.

SOARES, FERNANDO BRITO (2005): “A agricultura” em LAINS, PEDRO, SILVA, ÁLVARO FERREIRA. *História Económica de Portugal: volume III, o século XX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, págs. 157-185.

<p>La Revista de Estudios Económicos y Empresariales recibió este artículo el 30 de julio de 2019 y fue aceptado para su publicación el 17 de septiembre de 2019.</p>
